No decorrer do prazo acima referido, as reclamações, sugestões, observações ou qualquer pedido de esclarecimento deverão ser dirigidos, por escrito, ao presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis.

4 de Setembro de 2006. — O Vereador, com competências subdelegadas, *Ricardo Tavares*. 3000215429

Aviso

Discussão pública

O município de Oliveira de Azeméis torna público, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 27.º e do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e em conformidade com o despacho de 24 de Agosto do corrente ano, vai proceder-se à discussão pública do pedido de alteração aos lotes n.º 7 e n.º 8, referente ao loteamento titulado pelo alvará n.º 77/87, para o prédio localizado na Rua do Engenheiro Fernando Soares David, freguesia de Nogueira do Cravo, requerido em nome de Victor Fernando da Silva Oliveira, que decorrerá no prazo de 15 dias contados a partir da data da sua publicação.

Durante o período da discussão pública, o processo estará disponível, para consulta, na Secretaria Administrativa de Obras Particulares e Loteamentos deste município, nos dias úteis, das 9 às 16 horas.

No decorrer do prazo acima referido, as reclamações, sugestões, observações ou qualquer pedido de esclarecimento deverão ser dirigidos, por escrito, ao presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis.

4 de Setembro de 2006. — O Vereador, com competências subdelegadas, *Ricardo Tavares*. 3000215430

Aviso

Discussão pública

O município de Oliveira de Azeméis torna público, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 27.º e do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e em conformidade com o despacho de 24 de Agosto do corrente ano, vai proceder-se à discussão pública do pedido de alteração aos lotes n.º 78, n.º 79, n.º 80, n.º 83, n.º 84 e n.º 85, referentes ao loteamento titulado pelo alvará n.º 10/2000, para o prédio localizado no lugar de Cimo de Vila, freguesia de Nogueira do Cravo, requerido em nome da firma Mina do Pintor, Imobiliária, L.ª, que decorrerá no prazo de 15 dias contados a partir da data da sua publicação.

Durante o período da discussão pública, o processo estará disponível, para consulta, na Secretaria Administrativa de Obras Particulares e Loteamentos deste município, nos dias úteis, das 9 às 16 horas.

No decorrer do prazo acima referido, as reclamações, sugestões, observações ou qualquer pedido de esclarecimento deverão ser dirigidos, por escrito, ao presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis.

4 de Setembro de 2006. — O Vereador, com competências subdelegadas, *Ricardo Tavares*. 3000215431

Aviso

Discussão pública

O município de Oliveira de Azeméis torna público, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 27.º e do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e em conformidade com o despacho de 24 de Agosto do corrente ano, vai proceder-se à discussão pública do pedido de alteração ao lote n.º 41, referente ao loteamento titulado pelo alvará n.º 10/2000, para o prédio localizado no lugar de Moutado, freguesia de Nogueira do Cravo, requerido em nome de Sandra Patrícia Correia Pereira e outro, que decorrerá no prazo de 15 dias contados a partir da data da sua publicação.

Durante o período da discussão pública, o processo estará disponível, para consulta, na Secretaria Administrativa de Obras Particulares e Loteamentos deste município, nos dias úteis, das 9 às 16 horas.

No decorrer do prazo acima referido, as reclamações, sugestões, observações ou qualquer pedido de esclarecimento deverão ser dirigidos, por escrito, ao presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis.

4 de Setembro de 2006. — O Vereador, com competências subdelegadas, *Ricardo Tavares*. 3000215432

CÂMARA MUNICIPAL DE SABROSA

Despacho (extracto)

Indexação de remuneração

Usando da faculdade que me é conferida pelo disposto no n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 17 de Julho de 2006, foi indexada a remuneração auferida por André Henrique da Rocha Alves, a desempenhar as funções de agente no âmbito do programa SCETAD, em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo, celebrado com esta Câmara Municipal até 31 de Dezembro de 2008, no valor 400, a que corresponde a importância ilíquida de 1287,68 euros, escalão I, da Tabela Salarial da Função Pública, para a categoria de técnico superior de 2.ª classe, para o corrente ano.

(Isento de fiscalização do Tribunal de Contas.)

13 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Manuel de Carvalho Marques*. 1000305915

CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR

Aviso

Nos termos do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local por força do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, torna-se público que, por meu despacho de 26 de Abril de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso externo de ingresso para provimento de quatro vagas de auxiliares de serviços gerais, pertencente ao quadro de pessoal desta Câmara Municipal, remuneradas pelo índice 128, escalão I, da escala indicatória para as carreiras de regime geral da função pública, actualmente no valor de mensal ilíquido de 412,06 euros.

1 — O concurso rege-se pelo Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, 204/98, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, e cessa com preenchimento das vagas posta a concurso.

2 — Condições de trabalho e demais regalias — o local de trabalho é a área do concelho de Tomar e as regalias são as vigentes e aplicáveis aos funcionários e agentes da administração local.

3 — Requisitos gerais e especiais de admissão — os constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

4 — Habilitações académicas — escolaridade obrigatória.

5 — Conteúdo funcional — o descrito no Despacho n.º 4/88, da SEALOT, publicado na 2.ª série do *Diário da República*, de 6 de Abril de 1989.

6 — A candidatura deverá ser formalizada, sob pena de exclusão, em requerimento conforme anexo I, podendo ser entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, expedido até ao fim prazo fixado.

7 — O requerimento deverá ser instruído, sob pena de exclusão, com os documentos comprovativos dos requisitos referidos no n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, nas alíneas a), d), e) e f), os quais poderão ser dispensados para admissão ao concurso se os candidatos declaramem no próprio requerimento, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada um dos requisitos gerais de admissão.

8 — O requerimento deve ser acompanhado, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos:

- a) Documento comprovativo do requisito habilitacional (original ou fotocópia do certificado de habilitações académicas);
- b) Fotocópia do bilhete de identidade (frente e verso).